Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 259HC-040-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 - 12ª andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Conselheiros e Administradores do
Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e com a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2025 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados | Ethos | GTB48378

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que indicam que o Instituto apresentou um prejuízo de R$ 314.712 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante no montante de R$ 1.203.480, e o patrimônio líquido estava negativo no montante de R$ 1.088.903 e o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais montava a R$ 582.218 mil, fatores que, juntamente com outros eventos e condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, da posição patrimonial do Instituto e sua necessária geração de caixa estão descritos na Nota Explicativa no 2. As demonstrações contábeis não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do Instituto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 30 de abril de 2024, não continha modificações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e com a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

© 2025 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados | Ethos | GTB48378

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de outubro de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Clayton da Silva Codo
Contador CRC 1SP-234-906/O-1

© 2025 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados | Ethos | GTB48378

ETHOS – Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Ativo

	Notas	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	573.415	1.155.633
Contas a receber	6	170.410	967.224
Adiantamentos a funcionários	7	92.156	62.960
Adiantamentos a fornecedores	-	36.815	78.301
Impostos a recuperar	-	178	1.482
Total do ativo circulante		**872.974**	**2.265.600**
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	-	55.336
Imobilizado	8	111.617	173.592
Intangível	-	2.960	2.960
Total do ativo não circulante		**114.577**	**231.888**
Total do ativo		**987.551**	**2.497.488**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETHOS – Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)

	Notas	2024	2023
Passivo circulante			
Contas a pagar	-	-	213.270
Obrigações trabalhistas e sociais	9	1.198.082	1.105.199
Obrigações tributárias	-	41.421	33.234
Projetos a executar	10	316.712	238.556
Adiantamentos	-	9.706	14.418
Adiantamento de patrocínios/doações a realizar	11	510.533	1.528.727
Total do passivo circulante		**2.076.454**	**3.133.404**
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	12	-	138.275
Total do passivo não circulante		**-**	**138.275**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	13		
Patrimônio social	-	(774.191)	(162.926)
Déficit do exercício	-	(314.712)	(611.264)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(1.088.903)**	**(774.191)**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**987.551**	**2.497.488**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETHOS – Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	2024	2023
Receitas com restrição			
Projetos	10	5.038	109.838
Total		**5.038**	**109.838**
Receitas sem restrição			
Doações, contribuições e patrocínios	14	12.280.050	10.216.106
Prestação de serviços (sem gratuidades)	15	1.822.723	1.258.379
Trabalho voluntário	16	55.250	207.000
Impostos incidentes e devoluções	-	(206.758)	(130.629)
Outras receitas	-	93.795	788.053
Total		**14.045.060**	**12.338.909**
Total das receitas		**14.050.098**	**12.448.747**
Custos operacionais com restrição			
Custos com projetos	10	(5.038)	(109.838)
Resultado bruto		**14.045.060**	**12.338.909**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(14.226.252)	(12.708.334)
Despesas tributárias	-	-	(131)
Depreciação e amortização	8	(61.974)	(104.028)
Trabalho voluntário	16	(55.250)	(206.999)
Total de despesas operacionais		**(14.343.476)**	**(13.019.492)**
Receitas financeiras	18	26.048	117.625
Despesas financeiras	18	(42.344)	(48.306)
Total do resultado financeiro		**(16.296)**	**69.319**
Déficit do exercício		**(314.712)**	**(611.264)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETHOS – Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	2024	2023
Déficit do exercício	**(314.712)**	**(611.264)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(314.712)**	**(611.264)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETHOS – Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	Patrimônio social	Déficit do exercício	Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**(584.516)**	**(644.416)**	**(1.228.932)**
Incorporação de déficit		(644.416)	644.416	**-**
Incorporação Uniethos	13.2	1.066.005	-	**1.066.005**
Déficit do exercício 2023		-	(611.264)	**(611.264)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reclassificado)	13.3	**(162.927)**	**(611.264)**	**(774.191)**
Incorporação de déficit		(611.264)	611.264	**-**
Déficit do exercício 2024		-	(314.712)	**(314.712)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**(774.191)**	**(314.712)**	**(1.088.903)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETHOS – Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	2024	2023
Déficit do exercício	**(314.712)**	**(611.264)**
Ajustes do déficit do exercício		
Depreciação/amortização	61.975	104.028
Juros sobre empréstimos	-	1.176
Provisão / reversão para contingência	(138.275)	18.275
(Déficit) / superávit acumulados - UniEthos	-	1.066.005
Superávit (déficit) líquido ajustado	**(391.012)**	**578.220**
Redução / (aumento) nos ativos		
Contas a receber	796.814	(877.000)
Adiantamentos a funcionários	(29.196)	(10.524)
Adiantamentos a fornecedores	41.486	(65.323)
Impostos a recuperar	1.304	-
Depósitos judiciais	55.336	(38.862)
Aumento / (redução) nos passivos		
Contas a pagar	(213.270)	164.979
Obrigações trabalhistas	92.883	148.584
Obrigações tributárias	8.187	20.968
Projetos a executar	78.156	(761.295)
Partes relacionadas	-	(944.909)
Adiantamentos	(4.712)	9.985
Adiantamentos de patrocínios a realizar	(1.018.194)	1.182.735
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(582.218)**	**(592.442)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	-	(45.603)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**-**	**(45.603)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos	-	(18.293)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**-**	**(18.293)**
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(582.218)**	**(656.338)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.155.633	1.811.971
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	573.415	1.155.633
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(582.218)**	**(656.338)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social ("Instituto") é uma organização não governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de maneira socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa.

Para caracterizar sua transparência administrativa, o Instituto optou institucionalmente pelo reconhecimento público de Organização de Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos.
As doações, subvenções e contribuições recebidas são registradas como receita, conforme estabelece a ITG 2002(R1) – Entidades sem finalidades de lucros e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002(R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

As receitas de projetos referem-se basicamente a patrocínios, doações de fundações do exterior e taxa de inscrição em conferência anual, com o intuito de fomentar sua finalidade social.

De acordo com a legislação vigente, o Instituto é isento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o superávit apurado de suas operações sociais.

O Instituto situa-se na Alameda Santos, nº 1787 – Conjunto nº 91 – Cerqueira César – CEP: 01419-002 – São Paulo – SP.

2. Principais ações para viabilizar a continuidade das operações do Instituto pelos seus administradores

Conforme evidenciado nas demonstrações contábeis, o Instituto apresentou um prejuízo de R$ 314.712 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 (ante um prejuízo de R$ 611.264 em 31 de dezembro de 2023). Na mesma data, o passivo circulante superava o ativo circulante em R$ 1.203.480, o que indica a insuficiência de recursos para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

Adicionalmente, observa-se um patrimônio social líquido negativo de R$ 1.088.903 em 2024 (R$ 774.191 em 2023), o que pode ser interpretado, em primeira análise, como um indicativo de inviabilidade na continuidade das operações. Contudo, apesar dos déficits recorrentes, a administração tem implementado medidas para reverter essa situação. Nesse sentido, foi elaborada, apresentada e aprovada pelo Conselho Deliberativo uma proposta de reestruturação financeira para ser implementada ao longo do ano de 2025. Dentre as ações e melhorias previstas, destacam-se:

Medidas implementadas pela administração

Com vistas à reversão do cenário econômico-financeiro adverso, a administração do Instituto adotou um plano de recuperação financeira, que inclui ações de curto prazo, voltadas à redução de despesas, confirmação de receitas e geração de novas fontes de receita; ações que visam transformações estruturantes; e ações que visam redução de custos em médio e longo prazo, conforme descrito a seguir:

Redução de despesas

- Revisão e racionalização das despesas operacionais e de projetos;
- Extensão e reforço do plano de contingência;
- Alteração do plano de saúde, visando maior eficiência econômica.

Confirmação de receitas

- Foco estratégico na captação de recursos por meio do projeto Impacta COP e da realização da Conferência;
- Prospecção ativa de novas patrocinadoras institucionais;
- Mapeamento de editais, agências de cooperação e organizações filantrópicas com potencial de apoio financeiro.

Geração de novas receitas

- Implementação de medidas para redução da quebra de receita proveniente de associadas.

Além de todos os pontos elencados, a administração realiza o monitoramento contínuo dos indicadores de desempenho e os devidos ajustes caso sejam necessários. Coma adoção das medidas acima, o Instituto será capaz de manter suas operações e honrar suas obrigações no curso normal de suas atividades. Além disto, cabe salientar que não há nenhuma pendência financeira com fornecedores e a folha de pagamento (as mesmas têm sido realizadas conforme previsto).

Nesse contexto, a administração reconhece a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional, em razão de déficits recorrentes, capital de giro negativo e patrimônio líquido negativo. Ainda assim, com base no plano de ações aprovado e em execução, as demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional. As demonstrações não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser necessários caso o Instituto não fosse capaz de manter a continuidade de suas operações.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis do Instituto, findas em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1255/09, e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela administração da Instituto em 06 de outubro de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3.2. Base de mensuração

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Instituto.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para contas a receber e passivos contingentes, determinação dos valores dos trabalhos voluntários e determinação da renúncia fiscal. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3.5. Determinação do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 20 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto em todo o exercício apresentado nestas demonstrações contábeis.

4.1. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

b) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado do Instituto compreendem as “aplicações financeiras”.

c) recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativo não circulante.

Os recebíveis do Instituto compreendem valores a receber de associados e demais contas a receber, exceto aplicações financeiras de curto prazo, que são tratadas separadamente. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2024, incluindo operações de hedge.

4.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

4.3. Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados à projetos representam os saldos de bancos, conta movimento e aplicações financeiras, e contas a receber que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados nos projetos para fazer frente às suas obrigações.

4.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Instituto. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Com o objetivo de determinar a melhor estimativa para a realização dos valores a receber e constituir adequadamente a PECLD, a Administração do Instituto considera aspectos específicos de seus clientes, tais como ramo de atuação, situação de crédito e condições econômicas de mercado. Com base nessa análise, a Administração concluiu que não houve necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

4.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação e construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

4.6. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2024.

4.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que o Instituto questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4.9. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10. Impostos e contribuições

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, e artigo 195 da Constituição Federal. As obrigações tributárias registradas pelo Instituto estão relacionadas aos impostos retidos na fonte sobre serviços de terceiros (quando houver).

4.11. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Representa o patrimônio líquido inicial do Instituto, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

4.12. Apuração do resultado – receitas e despesas

As receitas oriundas de contribuições são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos, momento que são consideradas realizadas. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas respeitando o princípio contábil da competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Tanto as receitas quanto as despesas estão segregadas por tipo de atividade na demonstração de resultado. As doações recebidas, quando aplicáveis, e contribuições recebidas à título de patrocínios ou projetos, antes de sua alocação aos programas, são reconhecidos no passivo, como projetos a realizar, e apropriados ao resultado pela sua utilização. As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica são reconhecidas como receitas quando recebidas. Demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4.13. Receitas com trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração o montante que o Instituto pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas em contrapartida às despesas operacionais, ambas no resultado do exercício.

4.14. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras, deduzidas da retenção do imposto de renda. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras. As receitas financeiras e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência dos exercícios e quando incorridas.

4.15. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a norma contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Caixas	8.307	8.307
Bancos	535.792	483.830
Aplicações financeiras	29.316	663.496
Total	**573.415**	**1.155.633**

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos de renda fixa (certificados de depósitos bancários), com remunerações de:

- Santander – DI Advanced – Rentabilidade em torno de 100% CDI;
- Itaú TRUST RF – Rentabilidade em torno de 108% CDI;
- Itaú Yield Plus – Rentabilidade em torno de 141% CDI;
- Demais aplicações, seguem tendo os rendimentos pré-fixados giram em torno de uma média de 1% a.m.

As referidas aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

6. Contas a receber

Descrição	2024	2023
Patrocínios a receber	170.410	958.523
Duplicatas a receber - UniEthos	-	8.701
Total	**170.410**	**967.224**

Contas a receber por idade de vencimento:

Descrição	2024	2023
A vencer		
Até 30 dias	33.640	119.781
De 31 a 60 dias	3.265	11.625
De 61 a 90 dias	84.254	300.000
De 91 a 180 dias	21.344	436.452
Total	**142.503**	**867.858**
Vencidos		
De 31 a 60 dias	7.601	27.066
De 91 a 180 dias	13.255	47.195
Acima de 180 dias	7.051	25.105
Total	**27.907**	**99.366**
Total do contas a receber	**170.410**	**967.224**

7. Adiantamentos a funcionários

Descrição	2024	2023
Adiantamento salarial	-	938
Adiantamento de 13o salário sobre férias **(i)**	92.156	62.022
Total	**92.156**	**62.960**

(i) Os adiantamentos de férias referem-se a valores pagos antecipadamente aos colaboradores antes do início do respectivo período de gozo, sendo registrados no ativo circulante até sua apropriação ao resultado. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de adiantamentos de férias apresentou aumento em relação ao exercício anterior, em razão de um maior número de colaboradores com férias iniciadas em dezembro de 2024 e que se estendem para janeiro de 2025, quando ocorrerá a apropriação proporcional ao resultado.

8. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o total de imobilizado era composto da seguinte forma:

	Taxa de depreciação	2024			2023
Descrição	anual%	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	406.357	(379.411)	**26.947**	**33.623**
Instalações	10	167.696	(167.132)	**565**	**2.024**
Equipamentos de informática	20	900.511	(816.404)	**84.105**	**122.379**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	239.403	(239.403)	**-**	**15.566**
Total		**1.713.967**	**(1.602.350)**	**111.617**	**173.592**

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado, exclusivamente, nas operações relacionadas a ele.

A movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 está representada a seguir:

	2023	2024		
Descrição	Líquido	Adições	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	**33.622**	-	(6.676)	**26.946**
Instalações	**2.024**	-	(1.460)	**564**
Equipamentos de informática	**122.379**	-	(38.273)	**84.106**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**15.566**	-	(15.566)	**-**
Total	**173.592**	**-**	**(61.975)**	**111.617**

A movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 está representada a seguir:

	2022	2023		
Descrição	Líquido	Adições	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	**40.880**	-	(7.258)	**33.622**
Instalações	**3.536**	-	(1.512)	**2.024**
Equipamentos de informática	**124.154**	45.603	(47.377)	**122.380**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**63.446**	-	(47.881)	**15.566**
Total	**232.016**	**45.603**	**(104.028)**	**173.592**

9. Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição	2024	2023
Salários a pagar	20.177	64
INSS a recolher	127.984	127.629
FGTS a recolher	46.984	49.134
PIS a recolher	7.556	5.485
IRRF a recolher	128.919	117.376
Provisões de férias e encargos	866.462	805.511
Total	**1.198.082**	**1.105.199**

10. Projetos a executar

Descrição	2024	2023
KBA - Integrity Fund		
Saldo anterior	238.556	216.798
Recursos ingressados	83.194	131.596
Aplicação dos recursos	(5.038)	(109.838)
Total projetos a executar	**316.712**	**238.556**

O saldo apresentado refere-se a recursos recebidos com destinação específica para execução do projeto KBA – Integrity Fund.

Os valores ingressados são inicialmente reconhecidos no passivo como projetos a executar, por se tratar de recursos com restrição de uso.

A apropriação para receita ocorre à medida da aplicação dos recursos nas atividades previstas no projeto, seguindo o regime de competência.

11. Adiantamento de patrocínios / doações a realizar

Descrição	2024	2023
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	408.333
Natura Cosméticos S.A.	-	89.286
Associação Transparência e Integridade	289.700	472.180
Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.	-	7.500
Braskem S.A.	-	5.000
Associação Civil do movimento de equidade racial	-	41.667
Associação Movimento Mulher 360	-	133.333
Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes	-	200.000
Associação Brasileira das Entidades mercados financeiros	-	171.428
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae	62.500	-
Nu Financeira S.A.	33.333	-
Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes	125.000	-
Total	**510.533**	**1.528.727**

Os adiantamentos de patrocínios e doações a realizar possuem prazos determinados de início e término firmados em contrato. Eles não são restritos e não caracterizam projetos específicos, pois tem a finalidade de apoio financeiro a fim de manter as atividades do Instituto Ethos em seus temas de atuação: meio ambiente, direitos humanos, integridade em gestão sustentável.

12. Provisão para contingências

Durante o curso normal de seus negócios, o Instituto fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Saldo em 2023	**138.275**
(-) Reversão de provisão	(138.275)
Saldo em 2024	**-**

Durante o exercício de 2024, o Instituto Ethos realizou a reversão de provisões no montante de R$ 138.275, originalmente reconhecidas em exercícios anteriores.

Essa reversão decorre da conclusão de processo trabalhista anteriormente classificado como passivo contingente de risco provável, o qual foi encerrado e considerado apto para arquivamento definitivo no mês de fevereiro de 2024.

A reversão envolveu o seguinte caso:

- Processo trabalhista no 0001981-51.2012.5.02.0038: extinto por meio de acordo homologado judicialmente, sem impacto financeiro adicional para a entidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve constituição de provisão para contingência (R$ 138.275 em 2023), conforme avaliação da Administração com base na opinião de seus assessores legais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração avaliou que não existem processos judiciais ou administrativos classificados como perda possível que demandem divulgação adicional.

13. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

13.1. Patrimônio social

Está representado pelo patrimônio original decorrente da criação do Instituto e do superávit ou déficit incorporado anualmente. Os recursos do Instituto são aplicados em suas finalidades institucionais, incluindo administração, preservação, manutenção, conservação e melhorias, conforme estabelecido em seu estatuto social.

Em caso de dissolução do Instituto, a Assembleia Geral será responsável por decidir a destinação do patrimônio social remanescente.

13.2. Incorporação

Em 29 de março de 2023, o Conselho Deliberativo do Instituto Ethos aprovou a incorporação do UniEthos – Formação e Desenvolvimento da Gestão Socialmente Responsável, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.295.605/0001-33. A ata correspondente foi registrada em 5 de setembro de 2023.

Na data da incorporação, o UniEthos apresentava patrimônio líquido de R$ 1.066.005 (um milhão, sessenta e seis mil, cinco reais), conforme ata e laudos registrados sob o nº 789.973 no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo.

A incorporação envolveu a movimentação dos seguintes saldos contábeis:

Ativo circulante

- Caixa e equivalentes de caixa: R$ 128.655;
- Contas a receber: R$ 8.701;
- Conta corrente interligadas: R$ 944.909;
- Adiantamentos: R$ 2.464.

Ativo Não Circulante

- Depósito judicial: R$ 18.275

Passivo circulante

- Fornecedores: R$ 10.858;
- Obrigações fiscais: R$ 7.866.

Passivo Não Circulante

- Contingência relacionada ao depósito judicial: R$ 18.275

Patrimônio líquido

- Patrimônio social acumulado: R$ 1.066.005.

13.3. Reclassificação de saldo do exercício anterior

No exercício de 2024, foi efetuado à reclassificação de saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

No exercício de 2023, os valores decorrentes da incorporação da Uniethos foram indevidamente apresentados como resultado do exercício na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), quando, de acordo com a essência econômica e a norma aplicável, deveriam ter sido registrados diretamente na conta de Patrimônio Social, por se tratar de transações de natureza patrimonial e não de resultado.

Dessa forma, os saldos foram reclassificados no Patrimônio Líquido, transferindo-se os valores anteriormente apresentados em "Superávit/Déficit do Exercício" para a linha de Patrimônio Social.

Efeitos da reclassificação

A seguir, demonstramos os saldos originalmente apresentados e os saldos reclassificados.

Saldos originalmente apresentados em 31/12/2023:

	Patrimônio social	Déficit do exercício	Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(584.516)**	**(644.416)**	**(1.228.932)**
Déficit do exercício 2023		(611.264)	**(611.264)**
Transferência para o Patrimônio	(644.416)	1.710.421	**1.066.005**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(1.228.932)**	**454.741**	**(774.191)**

Saldos reclassificados no exercício de 2024:

	Patrimônio social	Déficit do exercício	Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(584.516)**	**(644.416)**	**(1.228.932)**
Incorporação de déficit	(644.416)	644.416	**-**
Incorporação Uniethos	1.066.005	-	**1.066.005**
Déficit do exercício 2023	-	(611.264)	**(611.264)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reclassificado)	**(162.927)**	**(611.264)**	**(774.191)**

14. Doações, contribuições e patrocínios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Doações, contribuições e patrocínios" era composta da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Contribuição associativa	6.550.931	7.417.784
Patrocínios	5.470.497	2.729.789
Doação pessoa jurídica	-	33.333
Inscrições	258.622	35.200
Total	**12.280.050**	**10.216.106**

15. Prestação de serviços (sem gratuidades)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Prestação de serviços (sem gratuidades)" era composta da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Serviços prestados	1.932.657	1.258.379
(-) Cancelamento de serviços	(109.934)	-
Total	**1.822.723**	**1.258.379**

O Instituto Ethos oferece ferramentas e soluções para apoiar empresas na integração da sustentabilidade e da responsabilidade social em sua gestão. Entre os principais serviços, destacam-se os Indicadores Ethos, um questionário on-line que permite o autodiagnóstico da gestão empresarial e gera relatórios para planejamento estratégico e definição de metas. A metodologia está alinhada a diretrizes internacionais, como GRI, ISO 26000 e CDP, e tem como objetivo promover negócios sustentáveis e responsáveis, sem caráter de certificação.

16. Trabalho voluntário

As receitas com trabalho voluntário quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG-2002 (R1) – Entidades sem finalidade de Lucros, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções administrativas, financeiras e sociais mensurados o qual seria equivalente ao valor justo total de R$ 55.250 (R$ 207.000 em 31 de dezembro de 2023).

Base salarial estimada para valorização do trabalho voluntário

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Instituto utilizou como base de pesquisa para o cálculo do valor do trabalho voluntário os valores de conselheiros e diretores adotando como referência o salário médio de um diretor no terceiro setor, conforme pesquisa realizada no site do IBGC, multiplicado pela quantidade de voluntários e horas executadas por eles.

	Em 31 de dezembro de 2024		
Cargos	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado - R$
Presidência	01	16,5	**8.250**
Conselho Deliberativo	10	92	**46.000**
Conselho Fiscal	02	02	**1.000**
Total	**13**	**110,5**	**55.250**

	Em 31 de dezembro de 2023		
Cargos	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado - R$
Presidência	01	170	**85.000**
Conselho Deliberativo	16	240	**120.000**
Conselho Fiscal	02	04	**2.000**
Total	**19**	**414**	**207.000**

17. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2024	2023
Equipe e terceirizados **(i)**	(6.838.060)	(5.963.105)
Eventos	(773.728)	(790.728)
Encargos sociais	(1.714.732)	(1.481.491)
Serviços tomados de terceiros	(2.675.591)	(2.528.111)
Ocupação	(149.319)	(125.615)
Administrativas	(380.458)	(330.706)
Comunicação **(ii)**	(1.419.000)	(1.075.426)
Viagens	(275.364)	(413.152)
Total	**(14.226.252)**	**(12.708.334)**

(i) O aumento observado decorre, principalmente, do reajuste salarial decorrente do dissídio coletivo da categoria, implementado em abril de 2024, o que impactou diretamente a rubrica de salários e ordenados, que apresentou incremento aproximado de R$ 592 mil em relação ao exercício anterior. Além disso, houve reflexos desse reajuste sobre as provisões de férias e 13o salário, que, em conjunto, registraram aumento de aproximadamente R$ 118 mil.

(ii) Esse aumento decorre, principalmente, da realização de eventos institucionais de maior porte em 2024, com destaque para a Conferência Ethos 360° e outras iniciativas presenciais e híbridas promovidas pelo Instituto. Tais eventos demandaram: Contratação de equipe operacional e de apoio para montagem, recepção e suporte logístico; Locação de equipamentos de áudio, vídeo, iluminação e tecnologia para transmissões híbridas; Serviços de cenografia e ambientação para adequação dos espaços aos padrões de sustentabilidade e identidade visual do Instituto. Essas ações estão alinhadas à estratégia institucional de ampliar a visibilidade e o impacto das agendas de sustentabilidade e responsabilidade social empresarial, bem como ao objetivo de fortalecer a interação com empresas e parceiros por meio de experiências presenciais e híbridas.

18. Resultado financeiro

Descrição	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento financeiro	26.048	116.858
Juros ativos	-	767
(-) Despesas financeiras		
Tarifa bancária	(32.896)	(25.344)
Juros e multas	(2.900)	(1.386)
IOF	(11)	(88)
Variação cambial passiva	-	(835)
IR sobre aplicação financeira	(6.537)	(20.163)
Perdas	-	(490)
Resultado financeiro	**(16.296)**	**69.319**

19. Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG2002(R1) em 02 de setembro de 2015, o Instituto, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, relativa as receitas provenientes de doações, contribuições e patrocínios de associados, classificadas como isentas, conforme legislação aplicável às entidades sem fins lucrativos:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 25% sobre o superávit do exercício;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 9% sobre superávit do exercício;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 3% sobre as receitas próprias;
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – 5% sobre a receita de serviços;

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações do Instituto estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação final aplicável a cada circunstância.

20. Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. O Instituto não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. O Instituto não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os Instrumentos financeiros do Instituto, são classificados como custo amortizado.

Gerenciamento do risco financeiro

A política da administração é manter uma sólida base de recursos. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

O Instituto não contrata produtos financeiros derivativos e não possuí empréstimo e, portanto, não existem riscos financeiros atrelados a essas modalidades.

Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de o Instituto sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Instituto adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Instituto procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco.

O Instituto identificou necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme apresentado na Nota Explicativa no 6.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral do Instituto é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Instituto.

Risco de mercado

Dado que os investimentos do Instituto estão 100% alocados em CDBs de banco de primeira linha, remunerados a 100% do CDI, e que o Instituto não possui dívidas bancárias contratadas e produtos financeiros derivativos contratados, o risco de mercado é reduzido.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A administração considera que as variáveis de risco das taxas de juros, que são atreladas ao CDI não apresentam tendência de oscilações relevantes e, portanto, não afetaria significativamente os valores contábeis dos instrumentos financeiros de taxa variável.

21. Cobertura de seguros

O Instituto não possui seguros para salvaguardar os seus ativos de eventuais sinistros, devido à administração entender como não necessário em virtude do perfil atual de seus ativos.

Caio Luiz Carneiro Magri

Presidente

Veronica R. Gerlah Paganatto

CRC 1 SP 267.754/O-2